A CABEÇA PENSA A PARTIR DE ONDE OS PÉS PISAM: ASPIRAÇÕES, TERRITÓRIO E DOMINAÇÃO

THE HEAD THINKS FROM WHERE THE FEET STAND: ASPIRATIONS, TERRITORY AND DOMINATION

LA CABEZA PIENSA DESDE DONDE LOS PIES PISAN: ASPIRACIONES, TERRITORIO Y DOMINACIÓN

Mateus Cenciani Reis
mateus.cencianireis@gmail.com
Universidade Federal do ABC

Resumo:
O presente trabalho analisa a relação entre aspirações e território, evidenciando que as desigualdades socioespaciais não apenas condicionam as possibilidades materiais, mas também delimitam horizontes de ação e expectativas de futuro. Tem como objetivo investigar a dinâmica entre janelas de aspiração e estruturas territoriais desiguais, destacando seus efeitos na reprodução da pobreza. Metodologicamente, trata-se de revisão de literatura qualitativa e exploratória, permitindo compreender as armadilhas de aspiração em sua dimensão espacial: argumenta-se que as aspirações, embora individuais, são social e territorialmente determinadas, pois emergem de referências localizadas e de acesso desigual a recursos e informações, conferindo ao território papel ativo na produção das desigualdades. Sustenta-se, ademais, que tal dinâmica é atravessada por relações de dominação que, por meio da alienação, restringem capacidades e perpetuam ciclos de privação.

Palavras-chave: Aspirações, território, desigualdades socioespaciais, dominação, ideologia.

Recebido para publicação em 01/05/2026
Aceito para publicação em 25/09/2026

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Abstract:
This paper analyzes the relationship between aspirations and territory, showing that socio-spatial inequalities not only constrain material possibilities but also shape horizons of action and expectations for the future. Its main objective is to investigate the interplay between aspiration windows and unequal territorial structures, highlighting their effects on the reproduction of poverty. Methodologically, it is a qualitative and exploratory literature review, allowing for an understanding of aspiration traps in their spatial dimension: it argues that aspirations, although individual, are socially and territorially determined, as they emerge from localized references and unequal access to resources and information, thereby granting territory an active role in the production of inequalities. It further contends that this dynamic is permeated by relations of domination which, through alienation, restrict capabilities and perpetuate cycles of deprivation.

Keywords: Aspirations, territory, socio-spatial inequalities, domination, ideology.

Résumé / Resumen:
Este trabajo analiza la relación entre aspiraciones y territorio, mostrando que las desigualdades socioespaciales no solo condicionan las posibilidades materiales, sino que también moldean horizontes de acción y expectativas de futuro. Su objetivo es investigar la interacción entre ventanas de aspiración y estructuras territoriales desiguales, destacando sus efectos en la reproducción de la pobreza. Metodológicamente, es una revisión de literatura cualitativa y exploratoria que permite comprender las trampas de aspiración en su dimensión espacial: se sostiene que, aunque individuales, las aspiraciones están social y territorialmente determinadas, ya que surgen de referencias localizadas y de acceso desigual a recursos e información, otorgando al territorio un papel activo en la producción de desigualdades. Asimismo, se argumenta que esta dinámica está atravesada por relaciones de dominación que, mediante la alienación, restringen capacidades y perpetúan ciclos de privación.

Palabras-clave: Aspiraciones, territorio, desigualdades socioespaciales, dominación, ideología.

Introdução

No ensaio filosófico *A Águia e a Galinha: uma metáfora da condição humana*, de 1997, Leonardo Boff, a fim de construir reflexões acerca de autoconhecimento e de liberdade, parte de uma fábula sobre uma águia que, quando filhote, foi colocada juntos às galinhas de um fazendeiro e passou a viver como uma, mesmo indo contra seus instintos primitivos. Muito embora a proposta do autor tenha sido dissertar sobre o papel da filosofia para cada pessoa descobrir sua "natureza de águia" e não se conformar com a vida rasteira, ele propõe alguns apontamentos iniciais interessantes para a discussão, aqui, pretendida:

> *A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam*. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação (Boff, 1997, p. 9, grifos nossos).

A frase inicial desse excerto, "a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam", leva-nos a refletir: o território exerce influência na nossa mente? O que pensamos e aspiramos está condicionado ao local físico onde estamos localizados? A convivência com outros molda as nossas preferências para o futuro? Pensando mais distantemente do eixo de Boff, nossa mente é, de fato, livre? Há determinações externas dos territórios que nos moldam? Por mais que pareçam perguntas que levarão a um texto da área de Filosofia, elas são, na verdade, os guias para um estudo que unirá as disciplinas de Economia e Geografia, em uma investigação sobre as aspirações e o território,

partindo de uma análise que leva em conta as desigualdades como expressões de uma dominação hegemônica secular.

A princípio, ao lançar o olhar às categorias de investigação dos cientistas sociais, é notável que, em uma perspectiva transversal, a maioria deles esquece, ou meramente exclui, o segmento "território" nas análises, com exceção clara dos geógrafos, dos planejadores e de poucos demais que, mesmo pertencentes a outras áreas do conhecimento, vislumbram a relevância de se considerar o espaço físico como determinante das relações, sejam elas econômicas, políticas, culturais etc. (Santos, 1999). Desse modo, mostra-se relevante evidenciar a indagação de Milton Santos, em *O espaço do cidadão*: "Será possível interpretar classes sociais, defini-las, sem considerar a base territorial?" (Santos, 2007, p. 107).

Gottmann (2012), ao dizer que "[...] seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico" (p. 523), revela a incontornabilidade de conceber que a racionalidade e o uso humano sobre o espaço é o que compõe o território *per se*. A respeito disso, Milton Santos define "território usado" como a categoria central de análise, a qual leva em conta os atores que utilizam o território e de que maneira o fazem, de modo a revelar estruturas complexas da sociedade e a considerá-lo como algo em mudança, ou seja, em um contínuo processo de transformação pelos agentes que fazem parte dele (Santos, 1999; Santos et al., 2000; Barbosa; Silva, 2013).

Sob esse viés, Silveira (*apud* Pereira, 2011), no mesmo domínio argumentativo de Milton Santos, explica que essa condição de território é híbrida, ou seja, alicerçada em uma relação entre objetos e ações, a partir da qual a materialidade do espaço influencia os sujeitos, que, em condição de híbridos, agem de acordo com tal

determinação. Assim, essa categoria analítica é imprescindível para concretizar investigações a respeito do meio social, haja vista os fatores território e sociedade são inseparáveis, principalmente ao estudar as desigualdades, objetivo deste trabalho.

Uma das lentes sob as quais podemos entender, em um âmbito interseccional e interdisciplinar, as desigualdades é o estudo das aspirações, que gira em torno do fato de que os resultados aos quais uma pessoa aspira (almeja, ambiciona) exercem influência na prosperidade concreta (ou na falta de prosperidade) dela (Ray, 2003, 2016; Fruttero; Muller; Calvo-Gonzáles, 2021). Ademais, é importante demarcar o caráter bifacetado das aspirações: ao mesmo tempo que são internas, pois se tratam de formulações da mente acerca de um futuro alcançável, são moldadas por fatores externos, a partir do que é conhecido como *janelas de aspiração*, cuja formulação teórica será explicitada posteriormente.

Portanto, a relação entre aquilo a que um indivíduo aspira e a distribuição desigual das estruturas necessárias para que sejam formadas as mais pertinentes aspirações escancara que existe uma dependência bilateral entre aspirações e desigualdades, haja vista, para Ray (2003), uma pessoa aspira apenas àquilo que se vê efetivamente capaz de atingir, fator que é influenciado pela realidade social concreta da qual pertence, marcada inegavelmente pelas mais diferentes expressões da desigualdade, tais quais a de gênero, a de classe, a de raça e, como ponto fulcral desta pesquisa, a socioespacial. Logo, ao colocar a questão das aspirações em foco, o presente estudo, consoante o supracitado questionamento de Santos (2007), inova em contemplar o território não apenas como um dos fatores contribuintes para as desigualdades, mas também, e sobretudo, como

elemento determinante das janelas e das armadilhas de aspiração, mecanismos que agem em favor da permanência da pobreza.

Procedimentos metodológicos

Essa pesquisa fundamenta-se em uma revisão de literatura, de caráter qualitativo e exploratório, em busca de diferentes perspectivas acadêmicas no que concerne às aspirações, às janelas, bem como às armadilhas de aspiração, às desigualdades socioespaciais e ao estudo do território, com o intuito de que possam ser tecidas relações fundamentais entre as áreas de Geografia e de Economia. Para a realização da revisão, foram consultadas bibliotecas, bases de dados acadêmicas, com priorização de publicações em período recente, sem desconsiderar, evidentemente, obras de referência sobre o tema. É relevante destacar que a quase inexistente literatura que interliga pesquisas econômicas acerca das aspirações a estudos geográficos, responsáveis por englobar território e desigualdades socioespaciais, fez com que este trabalho adquira um caráter convergente, interseccional e conector entre bibliografias relevantes de ambos os campos do conhecimento.

Logo, será possível notar que, mesmo a área das aspirações sendo tradicionalmente economicamente centrada, as convergências com a Geografia são extremamente factíveis, pois sempre estiveram presentes, apenas pouco conectadas pelos estudiosos do ramo. Dessa forma, a ambição do presente artigo é acrescentar a categoria territorial ao estudo das aspirações, o qual se mostra, ainda, muito incipiente e carente de análises que vão além da desigualdade de renda apenas.

Portanto, a partir de um teor analítico-teórico, ele se estrutura em três momentos, com exceção destas seções introdutórias e das considerações finais: a princípio, serão abordadas as bases para a análise, de maneira a abranger os conceitos fundamentais que permeiam a questão das aspirações; posteriormente, o foco recai sobre o conceito de janelas de aspiração, de modo a explicitar o elo entre aspirações e realidade social da qual o indivíduo pertence; por fim, será desenvolvido o ponto fulcral deste trabalho: a implicação territorial das aspirações e a dinâmica bilateral entre desigualdades socioespaciais e armadilhas de aspiração, as quais recaem em barreiras da mobilidade social, regidas por uma lógica ideológica secular de permanência e alienação.

Capabilities e aspirações

A princípio, é válido retornar ao início do fio teórico que levou ao entendimento da importância do estudo acerca da temática das aspirações na área das Ciências Econômicas: a abordagem das *capabilities*[1], de Amartya Sen (2000). Para o autor, cada pessoa possui um conjunto de *capabilities*, isto é, de oportunidades que podem ou não ser concretizadas, as quais são definidas pelas condições sociais de que tal indivíduo está inserido, ao mesmo tempo que as definem, perpetuando um ciclo de pobreza. Assim, alguém que, por exemplo, não obteve oportunidade de acesso à educação não possui, do mesmo modo, um conjunto de *capabilities* decorrentes

[1] Sen (2000) utiliza o termo *capability* (ou *capabilities,* no plural) como união de *capacity* ("capacidade") com *ability* ("habilidade") diante disso, optamos por manter a palavra no idioma original inglês.

dessa situação de privação, como empregos que exigem alta qualificação, autonomia econômica etc., e isso faz com que o futuro desse sujeito (e, possivelmente, dos filhos e netos dele) esteja fadado a esse ciclo. Por esse motivo, "a abordagem das *capabilities* analisa o espectro completo das privações às quais uma pessoa pobre é sujeitada, entendendo o aspecto multidimensional do fenômeno" (Barros; Diniz, 2025, p. 2, tradução nossa).

No mais, quando se busca a discussão da realidade junto à intelectualidade brasileira e se aproxima de uma perspectiva territorial do assunto, é notável e notório que Santos (1999) já entendia haver, na sociedade, circunstâncias privativas, as quais estão distribuídas de maneira desigual no território, porquanto, nas palavras do geógrafo, "[...] o que existe é um conjunto de possibilidades a tomar ou a deixar de tomar. Possibilidades que apenas alguns atores são capazes de exercer e que são exercidas apenas em certos lugares" (Santos, 1999, p. 16). A partir do fato de que vivemos em uma sociedade demarcada pelas mais variadas desigualdades, as quais não são uniformes no quesito localidade, os conjuntos de *capabilities* disponíveis variam com base em inúmeros fatores, inclusive o territorial. Santos (2007) completa:

> Para cada cidade ou espaço rural, os dados objetivos (entre os quais se incluem os salários, os preços, a qualidade e a quantidade da informação e os serviços oferecidos) e os dados real ou aparentemente subjetivos (noções de bem-estar, perspectivas para o futuro, sentimento de participar nas decisões), que definem uma situação de pobreza, são por demais díspares. Com efeito, existem num mesmo país diferentes situações de pobreza (Santos, 2007, p. 120).

Muito além do que somente oportunidades, falar sobre *capabilities* é tecer relações entre pobreza, desigualdades

socioespaciais e condição de agência do indivíduo, porquanto a abordagem implica – a partir da existência de possibilidades e, portanto, da indispensabilidade de movimentação individual em busca da concretude delas – a necessidade de que as pessoas sejam vistas "como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento" (Sen, 2000, p. 71). Logo, o indivíduo, afetado pelas condições de pobreza presentes territorialmente, precisa, a partir de um leque de oportunidades disponíveis (um leque, todavia, desigual entre classes e localidades distintas), escolher e agir sobre aquela que seria a mais benéfica.

Eis, então, o ponto crucial da abordagem das *capabilities*: a condição do indivíduo como agente de decisões é central, contudo ela só pode ser entendida a partir da realidade concreta à qual ele está submetido, ou, pensando territorialmente, do "chão" que os pés dele pisam. Muito embora essa linha de raciocínio não seja exatamente nova, principalmente à Geografia, ela é responsável por estruturar toda uma categoria de estudos que surgiu, na Economia, no início dos anos 2000, e que se prova ser promissora para compreender fenômenos sociais relacionados à mobilidade social, em especial à intergeracional.

Sob esse viés, Appadurai (2004 [2002]) identificou a existência de uma *capability* específica e determinante: as aspirações, acerca das quais La Ferrara (2019) complementa que podem ser entendidas como grandes finalidades, que compõem um conjunto de objetivos possíveis ao qual trabalhariam para alcançar ou, nas palavras de Rinaldi e Bagolin (2025),

> [...] as aspirações correspondem a uma esperança muito forte em relação a algo que nos faz mobilizar recursos para alcançá-lo. Há, assim, uma relação intrínseca entre aspiração e agência. O problema é que [...] queremos coisas que às vezes estão muito longe do nosso alcance e não as concretizar nos frustra. Se o sonho que projetamos estiver muito distante daquilo que podemos alcançar, a tendência é que ele volte a se tornar um sonho que apenas mentalizamos ou, na pior das hipóteses, um sonho do qual desistimos por completo [...] (Rinaldi; Bagolin, 2025, p. 2).

Desse modo, uma aspiração pode ou não ser alcançável; mais importante do que isso, ela está sujeita a ser percebida pelo indivíduo como possível ou impossível de ser atingida, e essa percepção é condição *sine qua non* para compreender as armadilhas de aspiração. Ao aspirar de forma equivocada, ou seja, abaixo ou acima da prosperidade efetivamente alcançável, a pessoa comete o que é chamado de "falha de aspiração", e, segundo Flechtner (2014), em uma situação na qual elas contribuem para a persistência da pobreza, em um ciclo negativo perpétuo, podemos chamá-las de "armadilhas de aspiração".

Portanto, a depender da distância na qual uma aspiração está localizada em comparação com a conjuntura atual de oportunidades de um indivíduo, isto é, o tamanho da lacuna de aspiração, ele pode ficar preso em uma armadilha (Flechtner, 2014; La Ferrara, 2019; Ray, 2003). Quando a lacuna é muito pequena, o *status* inicial e o futuro potencial não se distam demasiadamente, então os incentivos para exercer esforços são também pequenos, todavia, quando a lacuna é grande demais, as pessoas podem antecipar que, por mais que se esforcem, não atingirão o alvo almejado, por isso, desistem (La Ferrara, 2019). Essas lacunas são

fortemente influenciadas pelas *capabilities* disponíveis no contexto social do indivíduo, de modo que, para a economista,

> A ideia básica é que indivíduos pobres podem começar com aspirações mais baixas do que indivíduos ricos, por exemplo, porque antecipam que as restrições de recursos não lhes permitirão chegar muito longe na vida. Devido a essas aspirações mais baixas, os pobres podem escolher níveis de investimento mais baixos do que os não pobres: por exemplo, podem investir menos na educação de seus filhos, podem deixar de adotar inovações tecnológicas, e assim por diante. Isso perpetuará seu estado de desvantagem econômica, levando a um círculo vicioso (La Ferrara, 2019, p. 1688, tradução nossa).

Do ponto de vista de análise das circunstâncias que marcam a condição de pobreza de uma pessoa, o estudo, a partir da abordagem das *capabilities*¸ sobre armadilhas de aspiração, permitir-nos-á compreendê-las como, ao mesmo tempo, parte do resultado e parte da causa da pobreza (Ray, 2003).

Janelas de aspiração

Quando iniciou o debate econômico acerca das aspirações, Arjun Appadurai (2004) – partindo de um caminho pouco usual para grande parte dos economistas, muito provavelmente, devido à vasta formação em Antropologia – propôs-se a compreender o comportamento econômico como principalmente externo ao indivíduo, de forma que as aspirações, por mais que sejam, de certa maneira, pessoais e centradas no futuro próprio de quem aspira, são sobretudo coletivas, haja vista recebem influência da cultura, isto é, da realidade concreta na qual a pessoa está inserida, dos indivíduos a sua volta e do que é considerado "padrão" para aquela comunidade.

Essa visão também está presente nas formulações de Genicot e Ray (2017), que denominam as aspirações como "endógenas", mas determinadas pela distribuição de recursos na sociedade. Sob esse viés, Appadurai (2004) explica:

> Aspirações certamente têm algo a ver com desejos, preferências, escolhas e cálculos. E, porque esses fatores foram atribuídos à disciplina da economia, ao domínio do mercado e ao nível do ator individual (todas caracterizações aproximadas), eles têm sido em grande parte invisíveis no estudo da cultura. [...] Aspirações nunca são simplesmente individuais (como a linguagem de desejos e escolhas nos inclina a pensar). *Elas são sempre formadas na interação e no calor da vida social* (Appadurai, 2004, p. 67, tradução nossa, grifos nossos).

Sob influência do estudo de Appadurai (2004), Ray (2003) desenvolve a ideia de janelas de aspiração: zonas de influência formadas pela percepção que um indivíduo tem sobre sua realidade, identificando pessoas similares a ele ou "alcançáveis". As aspirações são formadas através dessa janela, ou seja, com base no que é considerável possível de ser realizado, dadas às observações situacionais dos outros ao seu redor. Entretanto, o economista evidencia que essas janelas podem ser mais estreitas do que deveriam, isto é, podem não abarcar todas as oportunidades, todas as *capabilities*, de fato, disponíveis.

Esse fenômeno pode ser observado em diversos âmbitos, como, dentre inúmeros outros, trabalho, investimentos, empreendedorismo e educação. A respeito desse último, Miranda (*apud* Fruttero; Muller; Calvo-Gonzáles, 2021) descobriu que, para um estudante de Ensino Médio, é aumentada em 11 pontos percentuais a probabilidade de aspirar a cursar o Ensino Superior caso tenha um amigo que almeja o mesmo. No mais, as aspirações

paternas em relação ao futuro dos filhos são também relevantes para compreender as deles próprias, haja vista um terço das crianças indianas apresentam as mesmas aspirações educacionais do que os pais, e quase metade revela ter as mesmas aspirações em relação à profissão que terá no futuro, a partir de um estudo com amostra composta por cerca de mil jovens de 8, 12, 15 e 19 anos de idade (Ross, 2019). Além disso, ter pais que completaram os estudos universitários é fortemente associado à expectativa dos filhos de realizarem o mesmo (La Ferrara, 2019).

Ademais, essas janelas de aspiração podem ser alteradas por meio de políticas públicas que introduzam exemplos de prosperidade com os quais comunidades e grupos sociais menos favorecidos possam reconhecer-se. Assim, Riley (2024), em um estudo acerca do comportamento aspiracional de jovens meninas de Uganda que apresentavam baixo desempenho acadêmico, demonstrou que, ao assistirem a um filme cuja narrativa gira em torno de uma garota pobre tornando-se campeã de xadrez, as estudantes obtiveram resultados melhores em suas avaliações na semana seguinte. Outrossim, Karruz e Mello (2021), a partir de uma amostra de mais de cinquenta mil jovens, analisaram as chances estimadas de alguns grupos possuírem motivação a ingressar no Ensino Superior Público, o que destacou a importância da Lei de Cotas[2] para a formulação das aspirações entre pretos, pardos e indígenas de baixa renda, que, após a implementação dela, em 2013, aumentaram em 75,7%. Esses dados denotam a relevância das janelas de aspiração, as quais, ao serem

[2]Lei nº 12.711/2012, que reserva 50% das vagas em universidades para jovens que estudaram os três anos do Ensino Médio em escolas públicas, com subcotas para baixa renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência (Brasil, 2012).

expandidas, oferecem, em diversos âmbitos, retornos positivos à sociedade.

Contudo, é inegável que pessoas com mais acesso a exemplos de prosperidade, advindos de outros similares, carregam uma vantagem no que concerne à "qualidade" das janelas de aspiração, tendo em vista que possuem mais condições para enxergarem com maior clareza as possibilidades, bem como detêm uma quantidade superior de recursos para fazer com que elas se tornem realidade. Sob essa visão, Frinhani, Teresi e Fava (2026), a partir de uma análise qualitativa de dados sobre aspirações de jovens de 15 a 29 anos de idade, demonstraram que eles tendem a ter aspirações educacionais maiores quando possuem acesso à educação de qualidade e incentivos da família, todavia os que partem de uma situação economicamente desfavorecida enfrentam dificuldades tanto nas condições de privação e suas implicações (como a necessidade de ingressar cedo no mercado de trabalho), quanto nas consequências desse conjunto insuficiente de *capabilities* para a formação de aspirações eficientes.

Assim, entendemos que diferentes realidades formam diferentes janelas de aspiração ou, consoante J. Santos (2008), "[...] o que a pessoa tem condiciona o que ela deve fazer para conseguir o que obtém" (p. 355). Em uma análise mais aprofundada, Appadurai (2004) revela:

> Mas aqui está o ponto de inflexão com a capacidade de aspirar. *Ela não é distribuída de forma homogênea em nenhuma sociedade.* Trata-se de uma espécie de metacapacidade, e os relativamente ricos e poderosos invariavelmente possuem uma capacidade de aspirar mais plenamente desenvolvida. O que isso significa? Significa que quanto melhor você estiver (em termos de poder, dignidade e recursos materiais),

> mais provável será que esteja consciente das conexões entre os objetos de aspiração mais imediatos e os menos imediatos. *Porque os mais favorecidos, por definição, têm uma experiência mais complexa da relação entre uma ampla gama de fins e meios, porque dispõem de um estoque maior de experiências disponíveis sobre a relação entre aspirações e resultados, porque estão em melhor posição para explorar e colher diversas experiências de exploração e tentativa, por causa de suas muitas oportunidades de vincular bens materiais e oportunidades imediatas a possibilidades e opções mais gerais e genéricas.* Eles também podem expressar suas aspirações em desejos e vontades concretos e individuais. Mas são mais capazes de produzir justificativas, narrativas, metáforas e caminhos pelos quais conjuntos de bens e serviços são efetivamente ligados a cenários e contextos sociais mais amplos, e a normas e crenças ainda mais abstratas" (Appadurai, 2004, p. 68, tradução nossa, grifos nossos).

A distribuição heterogênea sobre a qual Appadurai (2004) disserta pode ser observada na concretude das desigualdades sociais presentes na sociedade, principalmente na brasileira, cuja formação histórica, desde o período colonial, fez com que as desigualdades, de forma interseccional, formassem o alicerce das dinâmicas sociais, que persistem até o presente momento. Entretanto, essa distribuição tem sua expressão muito evidente quando olhamos para as dinâmicas territoriais, de modo que, a partir da existência das janelas de aspiração, o local onde uma pessoa está determina não apenas a condição atual, mas também, e sobretudo, a futura.

A mente está onde os pés pisam

Milton Santos (2007) inicia o décimo capítulo de *O espaço do cidadão*, intitulado *Lugar e valor do indivíduo*, com a frase que define

toda a argumentação da relação entre território e sociedade que propõe o autor: "Cada homem vale pelo lugar onde está" (p. 107). Para ele, as questões "geográficas" são também sociais, de modo que a ocupação do espaço urbano se dá pela divisão da sociedade em classes, através da qual os diferentes níveis de renda refletem-se de forma muito explícita na organização do território. Tais diferenças, nos termos de Sen (2000), implicam conjuntos de *capabilities* distintos, promovendo situações divergentes de privação a depender do espaço no qual se encontra o sujeito. Entretanto, interessa a Santos (2007) não apenas a conjuntura atual dos cidadãos, mas também, e principalmente, as condições de mudança necessárias para que saiam da pobreza, em um arco de oposição entre pessoas "móveis" e "imóveis":

> Há, em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa em que mora, isto é, para *mudar* de bairro, e que pode ser explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos, vender serviços privados a alto preço, obrigar os residentes a importantes despesas de transporte. Nesse caso, pelo fato de não dispor de mais recursos, o indivíduo é condenado a *permanecer* num bairro desprovido de serviços e onde, pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados a preços mais altos, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja ainda maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor. Em outras palavras, se uma cidade incluída em nossa primeira hipótese cria condições para o empobrecimento da sua população, a esse empobrecimento escapam unicamente os que forem capazes de mobilidade social ou de mobilidade geográfica (Santos, 2007, p. 111, grifos nossos).

A relação expressamente paralela entre "mudar" e "permanecer" ajuda a refletir sobre dois aspectos fundamentais da dinâmica território-aspirações: no quesito da permanência, o papel condicional que exercem os diferentes níveis de privação de recursos e das sistemáticas obstruções de mobilidade social, que se expressam territorialmente; já quanto à movimentação – isto é, a passagem da inércia, de caráter socialmente condicionado, à mudança – a inevitabilidade da condição de agência torna-se essencial, porquanto uma pessoa deve efetivamente mobilizar-se, diante das condições materiais dispostas, para escapar deste ciclo de pobreza.

É inegável que a mobilidade intergeracional apresentou, no último meio século, relevante melhora, como apontou Carlos Ribeiro (2012), ao analisar os dados das PNADs[3] (IBGE) de 1973, 1982, 1988 e 1996, além da Pesquisa Dimensões Sociais das Desigualdades (PDSD), de 2008: a evidência é que, para homens, a mobilidade passou de 55,3% a 67,3%, enquanto, para mulheres, de 57,5% a 75,4%, considerando os anos iniciais e finais da pesquisa. No mais, Fontes (2022) – quem analisou a mobilidade social, nas periferias de São Paulo, entre 2000 e 2016 – revelou que 59% dos entrevistados tiveram mobilidade ascendente, 21,4%, descendente, e 19,7% permaneceram na mesma categoria dos pais quanto ao tipo de emprego[4]. Entretanto, ambos os pesquisadores notaram que há uma barreira de mobilidade, a qual impede a ascensão social de indivíduos desfavorecidos economicamente:

[3] Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

[4] Tanto o estudo de Ribeiro (2012) quanto o de Fontes (2022) utilizaram o modelo de classes EGP (Erikson, Goldthorp e Portocarero), reagrupado em seis categorias: profissionais/administradores, trabalhadores não manuais de rotina, pequenos proprietários, trabalhadores manuais qualificados, trabalhadores manuais não qualificados e trabalhadores rurais.

> No entanto, a partir de 1988, para os homens, e de 1996, para as mulheres, esta diminuição dos retornos educacionais foi acompanhada por um aumento da influência direta, controlando por educação, *da origem de classes no destino de classes*. Essa tendência observada revela que, em um contexto de diminuição dos retornos educacionais, *as famílias em posições de classe mais vantajosa foram capazes de garantir melhores condições de ascensão ou manutenção da posição de classe de seus filhos* (Ribeiro, 2012, p. 674).

A hipótese de Ribeiro (2012) é a de que o aumento do acesso a universidades gerou maior oferta de mão de obra qualificada, levando à diminuição dos retornos educacionais; essa redução, no entanto, não estaria afetando os social e economicamente favorecidos, possivelmente por conta de uma estratificação social dentro do próprio sistema educacional, principalmente no Ensino Médio e Superior. Assim, consoante Fontes (2022), a quase inexistência de ascensão dos "trabalhadores não manuais de rotina" para "profissionais e administradores", nas periferias de São Paulo, revela a face da imobilidade social. Além disso, em uma seção qualitativa do estudo realizado, o autor expõe a frustração com os limites da mobilidade social para as pessoas da periferia, as quais relatam ter a sensação de "promessa não cumprida" ou de uma "miragem nunca alcançada" (ibid., p. 38).

Desse modo, é evidente que o ciclo de pobreza é mantido pelo contexto social, econômico e territorial, bem como pela própria percepção dos indivíduos, que relatam a frustração – podendo ser revertida em aspirações insuficientes, o que agrava ainda mais o problema. É de extrema relevância considerar o sujeito como agente econômico, ou seja, centro gravitacional das mudanças da própria vida, possui implicação direta nas aspirações, pois alguém se incita

a movimentar-se tão somente caso almeje pelos resultados que determinada ação trará (La Ferrara, 2019). Portanto, o rompimento do ciclo de pobreza, em parte, ocorre por meio da superação das armadilhas de aspiração, cujo princípio de formação, consoante exposto, tange às janelas de aspiração.

Entretanto, o rompimento dessas armadilhas depende da transformação das referidas janelas, principalmente no âmbito do território, haja vista elas são estritamente demarcadas conforme o espaço, como mostram Bernard, Dercon e Taffesse (2012), os quais, em um estudo com cerca de 1200 núcleos domésticos da Etiópia, descobriram que, para 90% dos entrevistados, o modelo de referência para a formulação de aspirações são os vizinhos próximos – ou seja, as janelas de aspiração concentram-se, quase exclusivamente, na vizinhança dos indivíduos. Logo, quando Santos (2007) expressa preocupação com a capacidade de mobilidade geográfica das pessoas, a fim de que elas sejam capazes de escaparem da perpetuação da pobreza, entende também que os mecanismos mantenedores das desigualdades e da miséria são, ao mesmo tempo, causa e consequência delas, e a expressão territorial das janelas de aspiração são formadas a partir desse viés de imobilidade, pela qual os sujeitos são mantidos presos em um centro gravitacional de escassez, tanto de condições materiais concretas, quanto de perspectivas vazias e insuficientes, incapazes de escapar. Evidencia-se, pois, a relação bilateral entre as desigualdades socioespaciais e as armadilhas de aspiração, ao passo que ambas trabalham para a perenização uma da outra, de modo que a segunda, através de mecanismos potencializados pela primeira, essencialmente mantém os cidadãos imóveis.

Sob essa ótica, retomamos a ideia de território usado, de Santos (1999), como um híbrido entre agente e materialidade, que legitima a análise da questão das aspirações em vínculo com as desigualdades socioespaciais, porquanto é, por definição, uma relação também bilateral entre ações e lugares. Dessa forma, as aspirações também fazem parte dessa lógica de uso do território, tendo em vista que compõem ambas as vertentes do híbrido: regem as atuações dos indivíduos e demarcam seus resultados em janelas dispersas espacialmente de maneira díspar. Tal eixo de equilíbrio, mais maleável para uns – os social e economicamente favorecidos – e rígido para outros, é explicado por Appadurai (2004) como uma capacidade de navegação:

> A capacidade de aspirar é, portanto, uma capacidade de navegação. Os mais privilegiados em qualquer sociedade simplesmente utilizaram o mapa de suas normas para explorar o futuro com maior frequência e realismo, e para compartilhar esse conhecimento entre si de maneira mais rotineira do que seus vizinhos mais pobres e mais frágeis (Appadurai, 2004, p. 69, tradução nossa).

Quando o autor aponta as aspirações como dependentes de "mapas" para serem guiadas, exibe um fator de extrema importância ao tema: as informações, ou, mais especificamente, a disparidade de informações perante o território. A capacidade de aspirar de um indivíduo não depende apenas das *capabilities* das quais ele desfruta, mas principalmente de sua percepção acerca da existência delas, ou seja, do conhecimento de que há uma oportunidade diferente, um outro caminho a ser seguido, que não o socialmente estabelecido. Fruttero, Muller e Calvo-Gonzáles (2021) esclarecem esse vínculo:

> Aspirações dependem de informações e de preferências socialmente influenciadas, por isso elas não se alinham necessariamente com o

> potencial de cada um. [...] De fato, a partir do entendimento de que oportunidades afetam aspirações – consciente ou inconscientemente – *viver em isolamento ou ter conhecimento limitado de oportunidades disponíveis pode diminuir aspirações* (Fruttero; Muller; Calvo-Gonzáles, 2021, tradução nossa, grifos nossos).

Logo, a desigualdade na dispersão de informações pelo território atua em um sentido de aprisionamento espacial da mente, que restringe as aspirações e mantém o indivíduo sem condições de exercer sua mobilidade, inibindo-os de escapar do ciclo de pobreza. Entretanto, apesar do entendimento comum de que moradores de centros urbanos possuem amplas janelas de aspirações, as dinâmicas territoriais dentro das metrópoles são também excludentes, ao passo que pessoas de classes distintas residem no mesmo município, separadas por muros de condomínios, que segregam bairros nobres, com acesso às mais vastas e abundantes *capabilities*, de favelas, as quais, muitas vezes, não dispõem de condições mínimas para a sobrevivência (Santos, 2007).

No mais, ainda acerca do impacto da informação para pessoas "isoladas", isto é, que vivem em zonas rurais muito afastadas, Jensen e Oster (2007) – em um estudo sobre o impacto da televisão (informação externa) nas aspirações das mulheres indianas de diversas áreas agrícolas em comparação com a região metropolitana de Delhi – constataram que as produções audiovisuais impactaram mais intensamente as moradoras afastadas do centro urbano. Devido ao fato de que essas mulheres não tinham referências de emancipação e de liberdade de gênero, elas estavam condicionadas a reprodução cíclica de um único padrão aspiracional: ser dona de casa, sem renda própria, responsável pelo cuidado dos vários filhos e do marido. Com a chegada da televisão, elas passaram a assistir a programas ambientados em grandes cidades e compostos por

personagens femininas, as quais trabalham fora do lar, comandam negócios e lidam com dinheiro, além de terem menos descendentes, e isso fez com que houvesse uma mudança nas atitudes e nas aspirações das mulheres de ambientes rurais, expressas pelo aumento da autonomia e da tomada de decisões e a diminuição no número de situações nas quais violência doméstica era considerada aceitável.

Contudo, mais do que apenas a disposição geográfica da informação, interessa-nos avaliar qual a lógica por trás das informações que estão sendo produzidas e difundidas pelos atores hegemônicos da ordem capitalista global. Tomando como premissa que as janelas de aspiração são impressas no território, é preciso compreender as narrativas e disputas de classe que estão presentes nesse âmbito híbrido, isto é, mental e físico ao mesmo tempo. Para guiar essa discussão, tomemos a afirmação de Milton Santos (2002):

> A informação unívoca, obediente às regras de um ator hegemônico, introduz, no espaço, uma intervenção vertical, que geralmente ignora o seu entorno, pondo-se ao serviço de quem tem os bastões de comando (Santos, 2002, p. 257-258).

Nesse excerto, o geógrafo expõe que a dominação hegemônica rege todo o sistema de funcionamentos de um território, de maneira que os cidadãos vivem sob essa estrutura imperativa e reproduzem a ordem perpetuamente, dada a supracitada condição atenuante da imobilidade. Sob essa ótica, Santos et al. (2000) compreende que "para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares" (p. 12), ou seja, a relação estabelecida é uma expressão pura do capitalismo, em que a burguesia não apenas explora o proletariado,

mas também domina todo o território em favor da permanência da soberania da classe mais alta.

Contudo, tal dominação não se sustenta apenas no controle dos meios de produção e do Estado, pois há um mecanismo mais potente e avassalador, cuja função é ser verdadeiramente capaz de cercear as aspirações, impedir o rompimento do ciclo de pobreza e manter as estruturas de desigualdade: a alienação, ou, mais especificamente, a alienação territorial. Marilena Chauí (2008), no ensaio *O que é Ideologia*, demonstra que a burguesia esconde as raízes da lógica da luta de classes para que a grande massa da população permaneça alienada, isto é, acreditando que a dualidade entre ricos e pobres esteve sempre presente no mundo, afastando a noção de que é, na verdade, uma construção histórica e social. Logo, o poder hegemônico é, nos termos de Sen (2000), o ator que restringe as *capabilities* ao proletariado, o qual, sem condições de mudança, permanece na pobreza. Acerca disso, Chauí (2008) explica:

> Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Em sociedades divididas em classes (e também em castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas idéias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para *legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político*. Por esse motivo, essas idéias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. *Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia* (Chauí, 2008, p. 23-24, grifos nossos).

O ocultamento, por sua vez, implica na alienação da classe proletária, que, consoante Pereira (2011), tem seus propósitos invertidos, em um território alienado, porquanto os resultados das políticas e dos processos de produção que ocorrem em determinado lugar não se reverte em benefícios para a comunidade, mas lhes são estranhos, não lhes fazem sentido. Essa inversão é nomeada pelo autor como "práxis invertidas", pois as práticas presentes no território não se constroem como ações orientadas para a manutenção da vida local, porém visando "a expansão e o fortalecimento dos nexos capitalistas" (Pereira, 2011, p. 99).

No mais, adotamos um conceito mais específico, o de "alienação territorial", para enfatizar, conforme explica Ana Clara Ribeiro (2005), que o *modus operandi* do capitalismo dá-se pela apropriação do território para interesses privados. A autora evidencia que há diversas formas desse processo, "incluindo desde a adesão entusiasta a projetos de renovação urbana que ampliam desigualdades sociais [...] até a justificativa da construção, com recursos públicos, de ambientes socialmente exclusivos" (Ribeiro, 2005, p. 267). Assim, a lógica de controle territorial hegemônico e a prática da ideologia burguesa são condições *sine quibus non* para a perpetuação das desigualdades.

Em suma, compreende-se que, devido à implicação territorial das aspirações, a classe burguesa apropria-se do controle do território para propagar uma ideologia, a qual é responsável por manter os pobres em situações privativas, haja vista são restringidas as condições materiais formuladoras das janelas de aspiração, o que faz com que eles sejam mantidos presos em armadilhas de aspiração, de modo que sejam incapazes de exercer a mobilidade suficiente para escapar do ciclo de pobreza, promovido pela lógica hegemônica.

Contudo, Chauí (2008) propõe que essa dominação não está necessariamente fadada a perdurar por toda a eternidade, ou, nas palavras da autora:

> [...] uma ideologia não possui um poder absoluto que não possa ser quebrado ou destruído. Quando uma classe social compreende sua própria realidade, pode organizar-se para quebrar uma ideologia e transformar a sociedade. Os burgueses destruíram a ideologia aristocrática (nos séculos XVI, XVII e XVIII), e os trabalhadores podem destruir a ideologia burguesa (como propôs Marx) (Chauí, 2008, p. 24).

O rompimento dessa ideologia é uma quebra legitima da grande estrutura mantenedora das desigualdades, ou seja, ele significaria a dissolução da alienação territorial, e, por conseguinte, a ampliação da percepção das *capabilities*, cujo resultado culminaria na ruptura das armadilhas de aspiração, o que permitiria maior mobilidade social. Todavia, para Chauí (2008), essa quebra de ordem social pode apenas ser realizada pelos atores hegemonizados, por meio de uma educação libertadora e historicamente reparadora.

Considerações finais

A partir da análise provida por esse estudo, concluímos que o território exerce extrema influência nas aspirações, haja vista as janelas de aspiração são definidas a partir de uma base espacial, que leva em conta as interações e as referências que os indivíduos tem em suas vizinhanças. A relação entre pessoa e território é bilateral, de modo que, para Barbosa e Silva (2013), "pertencemos a um território, o guardamos, o habitamos e nos impregnamos dele ao realizar nosso modo de existir" (p. 118), ao mesmo tempo em que ele se transforma com as ações que ocorrem sobre e por conta dele.

A condição territorial das janelas de aspiração faz com que as desigualdades socioespaciais sejam demarcadas não apenas pelas condições presentes, mas também pelo futuro, porquanto o ciclo da pobreza não cessa se a mobilidade do sujeito é barrada pelas armadilhas de aspiração. A lógica por trás disso, todavia, é a de que, consoante Chauí (2008), a burguesia silencia a luta de classes e produz a alienação do proletariado, cujo resultado é observado pela situação de permanência do grupo hegemonizado.

No mais, entende-se que as aspirações, enquanto expressões, ao mesmo tempo, pessoais e coletivas de um futuro possível e desejado, são atenuadas pela ideologia sobre a qual disserta a autora, pois o estreitamento das janelas de aspiração faz com que um círculo geracional de armadilhas seja formado. Logo, retomando a supracitada proposição inicial de Boff (1997), podemos concluir que não apenas a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam, mas isso acontece sob uma lógica hegemônica e silenciadora, a partir da qual a cabeça, na verdade, pensa aquilo que a ideologia dominante deseja.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, Arjun [2002]. The capacity to aspire: culture and the terms of recognition. In: RAO, Vijayendra; WALTON, Michael (ed.). Culture and public action. Washington, DC: World Bank, p. 59–84, 2004.

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 115-125, fev. 2013. DOI: 10.12957/cdf.2013.9062

BARROS, A. C. K. de M.; DINIZ, P. I. R. The Capability Approach: Multidimensional Poverty, Global Justice, and Global South Perspectives. *Contexto Internacional*, v. 47, n. 1, e20230027, 2025.

DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-8529.20254701e20230027. Acesso em: 12 dez. 2025.

BERNARD, T.; DERCON, S.; TAFFESSE, A. S. *Beyond fatalism: an empirical exploration of self-efficacy and aspirations failure in Ethiopia*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute, 2012. (IFPRI Discussion Paper, n. 01101).

BOFF, Leonardo. *A Águia e a Galinha: uma metáfora da condição humana.* Petrópolis: Vozes, 1997. 206 p. ISBN 8532618456.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 25 abr. 2026.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 13).

FLECHTNER, Svenja. Aspiration traps: when poverty stifles hope. *Inequality in Focus*, Washington, DC: World Bank, v. 2, n. 4, p. 1-4, jan. 2014.

FONTES, Leonardo. Padrões e modos de vida: Mobilidade social nas periferias de São Paulo (2000-2016). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 65, n. 4, p. e20200132, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/dados.2022.65.4.277

FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; TERESI, Veronica Maria; FAVA, Ana Claudia Poleto e. Políticas educacionais como importantes instrumentos para construção de aspiração educacional dos jovens da Região Metropolitana de São Paulo. *Unisanta Law and Social Science*, Santos, v. 14, n. 2, p. 110–131, 2026. DOI: 10.66221/v12n2p110. Disponível em: https://periodicos.unisanta.br/LSS/article/view/3274. Acesso em: 12 abr. 2026.

FRUTTERO, Anna; MULLER, Noël; CALVO-GONZÁLES, Óscar. *The Power and Roots of Aspirations: A Survey of the Empirical Evidence*. Washington, D.C.: World Bank Group, Poverty and Equity Global Practice, 2021. (Policy Research Working Paper, n. 9729). Disponível em: http://hdl.handle.net/10986/35916. Acesso em: 26 jan. 2026.

GENICOT, Garance; RAY, Debraj. Aspirations and inequality. Econometrica, Hoboken, v. 85, n. 2, p. 489–519, mar. 2017. DOI: https://doi.org/10.3982/ECTA13865.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. Tradução de Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão de Fabrício Gallo. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-532, 2012. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2458. Acesso em: 14 mar. 2026.

JENSEN, Robert; OSTER, Emily. The power of TV: cable television and women's status in India. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2007. (NBER Working Paper, n. 13305). DOI: 10.3386/w13305

KARRUZ, A. P.; MELLO, C. Aspirações pelo ensino superior público e a Lei das Cotas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 51, e07274, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/198053147274

LA FERRARA, Eliana. PRESIDENTIAL ADDRESS: ASPIRATIONS, SOCIAL NORMS, AND DEVELOPMENT. Journal of the European Economic Association, v. 17, n. 6, p. 1687-1722, 2019. DOI: 10.1093/jeea/jvz057.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Território e política: práxis invertidas e desafios da existência. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 95–104, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1982-45132011000100008

RAY, Debraj. ASPIRATIONS, POVERTY AND ECONOMIC CHANGE. New York University e Instituto de Análisis Económico (CSIC), mar. 2003. Disponível em: https://debrajray.com/wp-content/uploads/2017/12/povasp01.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

_____. Aspirations and the development treadmill. *Journal of Human Development and Capabilities*, v. 17, n. 3, p. 309–323, 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.1080/19452829.2016.1211597.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. *Debates*, Ano VI, n. 16, p. 263–270, 2005.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Quatro décadas de mobilidade social no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 641-679, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000300005

RILEY, Emma. Role Models in Movies: The Impact of Queen of Katwe on Students' Educational Attainment. The Review of Economics and Statistics, v. 106, n. 2, p. 334–351, 2024. DOI: https://doi.org/10.1162/rest_a_01153.

RINALDI, Debora; BAGOLIN, Izete Pengo. ASPIRAÇÃO: Origem e evolução de um conceito interdisciplinar. Novos estudos CEBRAP, v. 44, n. 2, p. e202513205, 2025.

ROSS, Phillip H. Occupation aspirations, education investment, and cognitive outcomes: Evidence from Indian adolescents. World Development, v. 123, p. 104613, 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.104613.

SANTOS, José. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 353–402, 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S0011-52582008000200005.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

_____. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In: SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 233-244.

_____. Lugar e valor do indivíduo. In: SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007. p. 107–120.

SANTOS, Milton; BERNARDES, Adriana; ZERBINI, Adriano; GOMES, Cilene; BICUDO, Edison; ALMEIDA, Eliza; CONTEL, Fabio Betioli; GRIMM, Flávia; NOBRE, Gustavo; ANTONGIOVANNI, Lídia; PINHEIRO, Maíra Bueno; XAVIER, Marcos; SILVEIRA, María Laura; MONTENEGRO, Marina; ROCHA, Marisa Ferreira da; ARROYO, Mónica; BORIN, Paula; RAMOS, Soraia; BELO, Vanir de Lima. *O papel ativo da geografia: um manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, jul. 2000. São Paulo: Laboplan/USP, 2000.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.